

Recebe homenagem em razão de sua posse na Vice-Presidência do STJ

Na Terceira Seção¹

O EXMO. SR. MINISTRO JOSÉ ARNALDO DA FONSECA (PRESIDENTE):

Srs. Ministros, antes de suspender os trabalhos, gostaria de prestar uma singela homenagem ao eminente Ministro **Edson Vidigal**. Faço-o triplamente legitimado, em razão de ser seu colega na Quinta Turma, nesta Seção e na Corte Especial, e quando ainda era membro do Ministério Público Federal.

Todos sabemos que S. Exa. tomará posse, no próximo dia 3 de abril, no alto cargo de Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Fácil é falar sobre a nobre figura do Sr. Ministro **Edson Vidigal**: grande juiz, operoso, eficiente, culto, trato amável, bom colega e amigo excelente. Seus julgamentos sempre se entremeiam de forte sopro de humanidade. A Quinta Turma e esta Seção, de certo, ressentir-se-ão dos seus ensinamentos jurídicos, de sua temperança, cujo espírito humanitário imprime às decisões, preponderantemente, na área criminal.

Temos certeza de que, ao integrar a direção desta Casa, muito contribuirá para o seu engrandecimento e elevação ainda maior de conceito na comunidade jurídica nacional.

Com essas brevíssimas e singelas palavras, faço, em nome da Seção, efusivos votos de fecunda e feliz gestão, desejando a V. Exa., Sr. Ministro **Edson Vidigal**, muitas felicidades.

A ILMA. SRA. ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO (SUBPROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA):

Egrégio Tribunal, cumprimento o Sr. Ministro **Edson Vidigal** pela ascensão ao honroso cargo de Vice-Presidente deste Tribunal, expressando a confiança de que continuará interpretando o Direito de forma

1. Ata da 3ª Sessão Ordinária da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, de 13/03/2002.

Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e STJ

a assegurar a todos os cidadãos o acesso à Justiça e a igualdade de tratamento.

O ILMO. SR. DR. EDUARDO DE VILHENA TOLEDO (ADVOGADO):

Sr. Presidente, penso que os advogados não poderiam deixar de participar desta justa homenagem ao eminente Ministro **Edson Vidigal**, quando S. Exa. está prestes a galgar o segundo cargo mais importante desta Corte. Sentiremos saudades de S. Exa. nos julgamentos da Corte Especial, da Turma e da Seção. Entretanto, esse é um caminho natural e um prêmio justo a S. Exa.

Sr. Ministro **Edson Vidigal**, felicidades em sua nova missão.

O EXMO. SR. MINISTRO EDSON VIDIGAL:

Senhor Presidente, Senhores Ministros, Senhor Representante do Ministério Público Federal, Senhoras e Senhores Advogados, servidoras e servidores deste Colegiado: Nunca pensei em ser Juiz. Mas sempre quis ser Advogado. Essa vontade ficou mais firme quando, nos primeiros dias do golpe militar de 1964, fui expulso da escola pública, o Liceu Maranhense, onde cursava o ginásio; fui tirado do emprego no jornal de onde tirava o salário para o meu sustento; fui levado preso da porta do colégio para o quartel do Exército em São Luís-MA. E, estando preso, fui cassado, o primeiro mandato cassado.

Naquele tempo, a minha rebeldia, adolescente, parecia maior que as fronteiras da luta. Militante na política estudantil, era Vice-Presidente da União Maranhense dos Estudantes. Jornalista de oposição, trabalhava em jornal de oposição que, no primeiro momento, se opôs ao golpe. Engajado na política partidária de oposição, era ainda Vereador em Caxias, o maior colégio eleitoral, à época, depois da Capital.

Isso tudo me foi tirado, em pouco tempo. Deixaram-me sem nada, sem a inocência e sem a liberdade. Aquele som que parecia derradeiro, terminativo, a grade de ferro correndo rascante ao encontro de um cadeado enorme que parecia fechar-se para todo o sempre, agridem os meus tímpanos, quando me lembro, ainda hoje.

Queria entender tudo aquilo e quanto mais eu lia a Constituição Federal, num exemplar de bolso, que tinha sempre no bolso ou à mão, não entendia nada, absolutamente nada. A democracia que os militares daquelas horas diziam defender e que no poder usurpado diziam pretender restaurar não tinha nada a ver com a democracia de que falava aquela Constituição. Assim, no sofrimento foi que aprendi a distinção entre direito e arbítrio.

Configurado o excesso de prazo, porquanto preso há mais de cinquenta dias sem culpa formada, conforme o que dispunha a Lei de Segurança Nacional,

Ministro Edson Carvalho Vidigal

aliás muito branda até então, fui solto por uma ordem de *habeas corpus* expedida pelo Superior Tribunal Militar. O doutor Clóvis Ramos, de quem sou hoje confrade na Academia Maranhense de Letras, foi quem levou ao STM, em Brasília, o pedido de *habeas corpus* em meu favor, redigido por um discreto simpatizante, o Advogado Joaci Quinzeiro, cujo escritório eu gostava de freqüentar.

Ninguém sustentou da tribuna o pedido. Ninguém intercedeu por mim junto a ninguém. A ordem para eu ser solto saiu límpida, clara, ato de vontade consciente do relator e demais membros do colegiado. Soube do benefício lendo, ainda na prisão, o jornal “Última Hora”, que tinha coluna somente sobre os *habeas corpus* em favor dos presos políticos.

Sei mais que alguns sobre a importância do *habeas corpus* para quem está preso ou sob a ameaça injusta de ser preso. Talvez seja eu o único Juiz de Tribunal Superior que tenha tido prisão preventiva decretada. Sim, depois que fui solto por conta do *habeas corpus* tive prisão preventiva decretada.

Portanto, foi na prisão que se tornou irrefreável a minha vontade de estudar Direito. E assim que me vi livre, estando em São Paulo, no mesmo ano de 1964, fui admitido no curso noturno de Direito Social, de extensão da USP, no Largo de São Francisco, sob a direção do Professor Cesarino Junior. Daí eu dizer que a minha relação com o Direito começou muito antes da faculdade, quando ainda estudante no ginásio.

Faço esse retrospecto, lembrando que nunca pensara antes em ser Juiz, para registrar, em síntese, como isso de eu estar aqui Juiz, dentre os senhores, aconteceu.

Tendo pedido para deixar as funções que exercia como Assessor Especial do Presidente da República, em 1987, porque tinha planos de fazer um estágio no escritório de Bill Rogers, em Washington, DC, para depois retornar à advocacia e mais tarde, talvez, também à política no Maranhão, tão injuriado que ainda estava pelo jogo sujo que derrubara em pleno vôo minha pré-candidatura a Governador do Estado pelo PMDB, em 1986; estava assim, já afastado de fato nem indo mais ao Palácio do Planalto, aliás refugiado em minha casa, em Caxias, esperando a exoneração, quando o advogado José Luiz Clerot, meu amigo e amigo do Presidente Sarney, me procurou em seu nome com a missão de me amansar. Numa das conversas que se seguiram veio a sondagem, se eu não desistia dos planos anunciados para servir no Judiciário.

Já havia servido no Legislativo como Vereador e Deputado Federal; nos Executivos estadual e federal junto a Sarney Governador e junto a Sarney Presidente; faltava-me fechar o ciclo de experiências servindo no Judiciário, onde até então só conhecia o lado de cá dos cancelos, apenas como advogado. A idéia de Clerot buliu com a minha vaidade.

Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e STJ

Enfrentei muita oposição, inclusive na minha corporação, a OAB. Sofri humilhações de políticos que eram contra José Sarney e também em sucursais da grande imprensa do sul, em Brasília. Acusaram-me do que nunca fui e até inventaram sobre o que eu bem que gostaria de ter sido, *single* de banda de rock.

As reações políticas contra um Governo de um Presidente com popularidade em queda livre estilhaçavam-se também em mim, uma pessoa comum, antigo auxiliar e amigo pessoal do Presidente há décadas. Houve até um Senador, em aberto confronto com o Presidente, a quem fui apresentado, naquele ritual de candidato indicado, que me tratou com elegante arrogância e que depois, para não me receber em seu gabinete, mandou dizer que não estava. Mas o mundo dá voltas e um dia ele me telefonou para me fazer um pedido.

Sentia o desafio muito maior que eu. Mas não o temia. Tomei gosto por enfrentá-lo. Indicado ao Senado, sabatinado, e foi a partir da minha indicação essa providencial sabatina para candidatos a Juízes no Senado, aprovado, enfim, fui nomeado pelo Presidente Sarney que, à noite, recebeu-me para jantar no Palácio da Alvorada, apenas ele, D. Marly e eu. Ia começar agora um outro novo caminho. Falamos do passado comum, nossos ideais de lutas, ele recordou um pouco a minha história. Foi quando disse: “– Tenho só um pedido, seja sempre um bom Juiz. E você tem tudo para ser um bom Juiz. Tem espírito público, honestidade, bom senso e uma bela história de vida. Seja sempre um bom Juiz.”

Peço desculpas por tantas revelações. É que elas me invadiram assim tão de repente que se eu não as afastasse, confessando-as a V. Exas., eu nem poderia lhes dizer sobre o quanto estou agradecido por esta homenagem e sensibilizado por tantas e tão carinhosas atenções.

Saio agora desta Terceira Seção, depois de ter sido seu Presidente e de integrá-la desde sua composição originária, sendo hoje o seu membro mais antigo. Como disse o Ministro José Arnaldo, saio para fazer parte da diretoria do Tribunal, na condição de Vice-Presidente eleito. Garanto-lhes que estarei atento. Gosto de trabalhar e no trabalho gosto de desafiar os desafios, tenho prazer em vencê-los. Nunca fui de me omitir, de escafeder-me na penumbra, de sair pelas beiradas, não tenho medo de me molhar, nem de me queimar. O melhor que tenho em mim, de experiência e de força de vontade, vai estar sempre a serviço da causa da Justiça, sem nunca perder de vista que o nosso destinatário final é o cidadão brasileiro, é o contribuinte que, no final, é quem paga todas as contas disso tudo.

Muito obrigado.